

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I – OBJETIVO

Tendo em vista as informações colecionadas nos autos do Processo E-08/007/100.338/2018 em especial o Formulário de Solicitações de Compras acostado em fls, acostado em fls. 11/15, e complemento em fl. 71, o presente Termo de Referência (TR) visa a aquisição de insumos de laboratórios (MICROTUBOS), conforme descrição do **item III** deste TR.

Ademais, é importante consignar que haverá necessidade de frequentes contratações dos materiais, sem definição prévia do quantitativo, que será arbitrado conforme a demanda de cada Unidade para evitar a inutilização dos itens.

Com a presente aquisição almeja-se alcançar a seguinte finalidade: dispor de materiais para a realização de exames laboratoriais de pacientes e doadores atendidos no HEMORIO e de amostras diversas do LACEN.

### II – JUSTIFICATIVA

Considerando o formulário de solicitação de compras, acostado em fls 11/15 do Processo E-08/007/100.338/2018 e complemento em fl. 71, foi apresentada a seguinte justificativa para a aquisição dos insumos:

O HEMORIO é o Hemocentro Coordenador do Estado do Rio de Janeiro e abastece com sangue e hemocomponentes cerca de 200 unidades de saúde/mês da rede pública e conveniada com o SUS de todo Estado do Rio de Janeiro, principalmente os hospitais de emergência, UTIs Neonatal e maternidades. Recebe diariamente em média 400 voluntários que comparecem para doar sangue na Instituição. É responsável por mais de 50% de todo o sangue coletado no Estado. A Unidade dispõe de 18 laboratórios que dão suporte ao ciclo do sangue, pacientes internados e ambulatoriais.

O Laboratório Central Noel Nutels (LACEN) tem como missão o controle de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, para a Vigilância Epidemiológica e para a Vigilância Ambiental em Saúde no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Desempenha, por conseguinte, como laboratório central, importante função no diagnóstico dos agravos de saúde pública no Estado.

Os insumos solicitados são de uso contínuo nos laboratórios e imprescindíveis para a realização de exames e procedimentos laboratoriais nas Unidades. Os microtubos são tubos para uso laboratorial para reações com pequenas quantidades de reagentes; o fundo afunilado também propicia experimentos que utilizam pequenas quantidades de reagentes; a tampa presa ao tubo permite armazenar substâncias. O tubo de ensaio é o recipiente usado para efetuar reações químicas de pequena escala com poucos reagentes de cada vez.

Os dados referentes às justificativas para a aquisição foram extraídos do formulário de solicitação de compras do HEMORIO e das informações do LACEN, ambos encaminhados por meio eletrônico, acostado em fls. 05/10 e complemento em fl. 71 do processo E-08/007/100.338/2018.

### III – OBJETO DA AQUISIÇÃO:

3.1. É objeto da presente licitação a aquisição de insumos de laboratórios, necessários para realização de exames diversos no HEMORIO e LACEN.

3.2. O quantitativo total também engloba a solicitação de participação emitida pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ).

3.3. As especificações e quantidades dos insumos a serem adquiridos estão discriminadas no quadro abaixo:

ITEM	CÓD SIGA	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE		
				FS	UERJ	TOTAL
1	6640.128.0019 ID 130541	<b>MICROTUBO ENSAIO</b> , CAPACIDADE: <b>0,6 ML</b> , GRADUACAO: GRADUADO, TAMPA: PLANA COM TRAVA, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVE, MATERIAL: POLIPROPILENO/ TRANSPARENTE/ LIVRE DNASE /RNASE/ ATPASE/ LIVRE METAIS E MINERAIS PESADOS, FORNECIMENTO: INDIVIDUAL. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:</b> MICROTUBO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIVRE DE DNASE/RNASE E ATPASE, PIROGÊNIOS, LIVRE DE MINERAIS E METAIS PESADOS, FUNDO CÔNICO, TAMPA PLANA COM TRAVA E EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CAPACIDADE 0,6ML, COM GRADUAÇÃO DE 0,1 A 0,6ML E ESPAÇO ROTULÁVEL.	UN	2.250	0	2.250

2	6640.128.0021 ID 139772	<b>MICROTUBO ENSAIO</b> , CAPACIDADE: <b>2.0 ML</b> , GRADUACAO: GRADUADO, TAMPA: COM TAMPA, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVE, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, FORNECIMENTO: UNIDADE. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR</b> : MICROTUBO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIVRE DE DNASE, RNASE E ATPASE, PIROGÊNIOS, LIVRE DE MINERAIS E METAIS PESADOS, GRADUADO, FUNDO CÔNICO, TAMPA PLANA COM TRAVA, COR DA TAMPA TRANSPARENTE, ESPAÇO ROTULÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, COM CAPACIDADE DE 2,0ML, MEDINDO 10,3 X 40,5MM.	UN	14.823	0	14.823
3	6640.128.0018 ID 130540	<b>MICROTUBO ENSAIO</b> , CAPACIDADE: <b>0,2ML / PCR</b> , GRADUACAO: GRADUADO, TAMPA: TAMPA FLAT, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVE, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE/ ATOXICO LIVRE DE DNASE, RNASE E ATPASE/METAIS PESADOS, FORNECIMENTO: INDIVIDUAL. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR</b> : MICROTUBO PARA PCR, EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIVRE DE DNASE, RNASE E ATPASE, PIROGÊNIOS, DE MINERIAS E METAIS PESADOS, COM PAREDE ULTRA FINA, TAMPA FLAT, FUNDO CÔNICO, CAPACIDADE DE 0,2ML, DIMENSÃO N/A.	UN	6.036	0	6.036
4	6640.128.0002 ID 25240	<b>MICROTUBO ENSAIO</b> , CAPACIDADE: <b>1,5 ML</b> , GRADUACAO: GRADUADO, TAMPA: COM TAMPA, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVE. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR</b> : MICROTUBO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO, GRADUADO, FUNDO CÔNICO, TAMPA COM TRAVA, AUTOCLAVÁVEL, CAPACIDADE 1,5 ML.	UN	32.634	0	32.634
5	6640.128.0023 ID 139785	<b>MICROTUBO ENSAIO</b> , CAPACIDADE: <b>1,5 ML</b> , GRADUACAO: GRADUADO, TAMPA: TAMPA FLAT, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVE, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE/ ATOXICO LIVRE DE DNase, RNase e ATPase, PIROGENIOS, LIVRE DE MINERAIS E METAIS PESADOS, FORNECIMENTO: UNIDADE. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR</b> : FUNDO CÔNICO, GRADUAÇÃO DE 0,1 A 1,5 ML ESPAÇO ROTULÁVEL	UN	40.752	0	40.752
6	6640.035.0057 ID 84938	<b>TUBO ENSAIO</b> , MATERIAL: VIDRO BRANCO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: <b>5 ML</b> , GRADUADO: N/A, DIAMETRO: 12 MM, ACESSORIO: N/A, COMPRIMENTO: 75 MM. <b>ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR</b> : TUBO DE ENSAIO, VIDRO BRANCO TRANSPARENTE NEUTRO, QUÍMICA E TERMICAMENTE ESTÁVEL, DIÂMETRO EXTERNO DE 12 E 75MM DE PROFUNDIDADE, ASPIRAÇÃO 5ML.	UN	92.154	80.000	172.154

3.4.O quantitativo solicitado visa atender o período de **12 (doze) meses**.

3.5 As especificações técnicas não restringem a competitividade

3.6.Na hipótese de divergência com o código SIGA deverá prevalecer o descritivo previsto neste Termo de Referência.

#### **IV – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA REQUERIDA PELA FUNDAÇÃO SAÚDE (Resolução SES 1347/2016):**

##### **4.1. HEMORIO**

4.1.1. Para a definição do quantitativo a ser adquirido utilizou-se como parâmetro os consumos dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, registrados na solicitação do HEMORIO, conforme apresentado nos quadros a seguir:

### Consumo anual 2014 a 2017

ITEM	DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	Média CMM	Necessidade (12 meses)
1	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: <b>0,6 ML</b>	83	167	333	167	188	2250
2	MICROTUBO <b>2.0 ML</b> GRADUADO COM TAMPA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE	750	1083	375	333	635	7623
3	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: <b>0,2ML / PCR</b>	375	417	417	83*	403	4836
4	MICROTUBO <b>1,5 ML</b> GRADUADO COM TAMPA	2483	2500	3042	1653	2420	29034
5	MICROTUBO ENSAIO CAPACIDADE: <b>1,5 ML LIVRE</b> DE DNase, RNase e ATPase, pirogenios, minerais e metais pesados	417	42*	42*	375	396	4752
6	<b>TUBO ENSAIO VIDRO</b> BRANCO TRANSPARENTE 5 ML 12 MM, COMP 75 MM	10396	8188	5354	6780	7680	92154

Fonte: Sistema de Apoio à Decisões Hospitalares/SADH

\*Desconsiderados

### Consumo mensal 2017

ITEM	2017											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1	0	2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	1000	0	1500	0	0	0	0	499	1000	0	0	0
3	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	3000	2054	4000	145	0	0	0	4100	540	0	0	6000
5	0	500	2000	0	0	0	0	0	0	0	2000	0
6	15042	7750	2502	2500	0	6500	5291	5050	0	11300	13405	12025

Fonte: Sistema de Apoio à Decisões Hospitalares/SDAH

### Consumo mensal 2018

ITEM	DESCRIÇÃO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1	MICROTUBO ENSAIO 0,6 ML	0	0	0	1000	0	0	1000	0	0	0	0	0
2	MICROTUBO 2.0 ML	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	MICROTUBO ENSAIO, 0,2ML / PCR	0	0	0	1000	0	0	0	0	0	0	0	0
4	MICROTUBO 1,5 MI	4100	2000	2900	10000	0	3000	0	2250	0	7000	2000	7000
5	MICROTUBO 1,5 ML LIVRE DE DNase, RNase e ATPase	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	TUBO ENSAIO VIDRO	11175	9900	6975	9250	4975	275	256	6425	0	10400	4725	1875

Fonte: Sistema de Apoio à Decisões Hospitalares/SDAH

4.1.2. Para estimar a necessidade do item 03 não foi utilizado para cálculo o consumo do ano de 2017 e para o item 05 os anos de 2015 e 2016 devido ao abastecimento irregular no período.

## 4.2. LACEN

4.2.1. Para a definição do quantitativo a ser adquirido utilizou-se como parâmetro o consumo dos anos de 2015, 2016 e 2017, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Consumo anual 2015 a 2017

ITEM	DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	Necessidade (12 meses)
1	MICROTUBO ENSAIO 0,6 ML	0	0	0	0
2	MICROTUBO 2.0 ML	7200	7200	7200	7200
3	MICROTUBO ENSAIO, 0,2ML / PCR	1200	1200	1200	1200
4	MICROTUBO 1,5 MI	3600	3600	3600	3600
5	MICROTUBO 1,5 ML LIVRE DE DNase, RNase e ATPase	36000	36000	36000	36000
6	TUBO ENSAIO VIDRO	0	0	0	0

Fonte: LACEN/RJ

## Consumo mensal 2017

ITEM	2017											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	1800	-	-	1800	-	-	1800	-	-	1800	-	-
3	300	-	-	300	-	-	300	-	-	300	-	-
4	900	-	-	900	-	-	900	-	-	900	-	-
5	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000
6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LACEN/RJ

## Consumo mensal 2018

EM	DESCRIÇÃO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1	MICROTUBO ENSAIO 0,6 ML	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	MICROTUBO 2.0 ML	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600
3	MICROTUBO ENSAIO, 0,2ML / PCR	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
4	MICROTUBO 1,5 MI	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
5	MICROTUBO 1,5 ML LIVRE DE DNase, RNase e ATPase	300 0	300 0	300 0	300 0	300 0	300 0	300 0	300 0	600	600	600	600
6	TUBO ENSAIO VIDRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LACEN/RJ

### TOTAL SOLICITADO POR UNIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	HEMORIO	LACEN	TOTAL
1	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: 0,6 ML	2.250	0	2.250
2	MICROTUBO 2.0 ML GRADUADO COM TAMPA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE	7.623	7.200	14.823
3	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: 0,2ML / PCR	4.836	1.200	6.036
4	MICROTUBO 1,5 ML GRADUADO COM TAMPA	29.034	3.600	32.634
5	MICROTUBO ENSAIO CAPACIDADE: 1,5 ML LIVRE DE DNase, RNase e ATPase, pirogenios, minerais e metais pesados	4.752	36.000	40.752
6	TUBO ENSAIO VIDRO BRANCO TRANSPARENTE 5 ML 12 MM, COMP 75 MM	92.154	0	92.154

**4.3.** Todos os dados referentes à justificativa dos quantitativos requeridos foram extraídos do formulário de solicitação de compras do HEMORIO e das informações do LACEN, ambos encaminhados por meio eletrônico, acostado em fls. 05/10 e complemento em fl. 71 do processo E-08/007/100.338/2018.

**4.4.** Em atenção ao disposto nos §1º do art. 5º, do Decreto Estadual nº 45.109/2015, bem como às medidas de racionalização do gasto público preconizadas pela Resolução SES nº 1.327/2016, informa-se este ser o mínimo indispensável para a continuidade do serviço público conforme explanações efetivadas pela Diretoria Técnico Assistencial nos autos do processo em apreço.

## **V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1. Para a qualificação técnica, são solicitados os seguintes documentos:

- a) Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário, nas seguintes hipóteses, de acordo com a RDC 153/17 e IN 16/2017:
  - a.1 A Licença de Funcionamento Sanitário LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
  - a.2 O Cadastro Sanitário poderá ser apresentado no lugar da Licença de Funcionamento Sanitário, desde que seja juntado pelo Licitante os atos normativos que autorizam a substituição.

- a.3 Para fins de comprovação da Licença de Funcionamento Sanitário LFS ou Cadastro Sanitário poderá ser aceito a publicação do ato no Diário Oficial pertinente.
- a.4 A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal.
- b) Atestado de capacidade técnica (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. A comprovação da experiência prévia considerará até 50% (cinquenta por cento) do objeto a ser contratado; e
- c) Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme Lei nº. 5.991/1973, Lei n. 6.360/1976, Decreto Nº 8.077 de 2013, Lei Federal n. 12.401/2011, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:
- c.1 Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária; ou
- c.2 Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.
- c.3 Para os produtos isentos de registro na ANVISA, o licitante deverá comprovar essa isenção através de:
- Documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o insumo é isento de registro; ou
  - Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

5.2. O Anexo I deste TR contém as justificativas elaboradas pela Fundação Saúde para fundamentar a exigência das alíneas “a” e “c” que, posteriormente, foram validadas pelo



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos votos dos Processos 103.171-6/17 e 103.816-8/17.

## VI – CATÁLOGO E AMOSTRAS PARA AVALIAÇÃO

6.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) fornecer catálogo do fabricante constando a descrição para análise técnica, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Fundação de Saúde pelo(a) Pregoeiro(a) no campo de mensagem do SIGA.

6.2 - O catálogo para análise técnica deverá ser entregue no seguinte endereço:

**FUNDAÇÃO SAÚDE** – Av. Padre Leonel Franca, 248 Gávea - Rio de Janeiro/RJ – Brasil  
– CEP: 22461-000; Tel.: 55 (21) 2334-5010 - Diretoria Técnico-Assistencial.

6.2.1– A pedido do Pregoeiro o catálogo poderá ser encaminhado pelo e-mail [licitacao@fs.rj.gov.br](mailto:licitacao@fs.rj.gov.br).

6.3 – A avaliação do catálogo será realizada pela equipe técnica do HEMORIO.

6.4 - **Justificativa para exigência do catálogo:** A apresentação do catálogo é necessária para análise do produto ofertado, considerando que o fornecimento de amostras fica dispensado, caso os insumos já sejam utilizados e/ou avaliados pelo HEMORIO nos últimos 12 meses.

6.5 – **Critérios de julgamento do catálogo:** Na avaliação será verificado se a descrição técnica do produto corresponde à exigência do edital.

6.6 – A unidade terá um prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega do catálogo, para análise do mesmo e identificação da necessidade de amostras.

6.6.1 – Caso seja necessário, os licitantes vencedores deverão fornecer amostras no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após a solicitação da Fundação de Saúde pelo Pregoeiro no campo de mensagem do SIGA.



6.7 - O quadro abaixo define o número de amostras que deverá ser apresentado, sendo aquele que permite que a análise forneça resultados que tenham confiabilidade:

Quantitativo de amostras para análise

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: 0,6 ML	10
2	MICROTUBO 2.0 ML GRADUADO COM TAMPA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE	10
3	MICROTUBO ENSAIO, CAPACIDADE: 0,2ML / PCR	10
4	MICROTUBO 1,5 ML GRADUADO COM TAMPA	10
5	MICROTUBO ENSAIO CAPACIDADE: 1,5 ML LIVRE DE DNase, RNase e ATPase, pirogenios, minerais e metais pesados	10
6	TUBO ENSAIO VIDRO BRANCO TRANSPARENTE 5 ML 12 MM, COMP 75 MM	10

6.8 - As amostras solicitadas para avaliação deverão ser entregues no seguinte endereço:

**HEMORIO:** Rua Frei Caneca n.º 08 – sala 307 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

6.8.1 - A entrega de amostras para avaliação deverá ser precedida de agendamento por e-mail com o setor de licitações da FS pelo e-mail [licitacao@fs.rj.gov.br](mailto:licitacao@fs.rj.gov.br) e com HEMORIO pelo e-mail [sypl@hemorio.rj.gov.br](mailto:sypl@hemorio.rj.gov.br).

6.9 – A validade das amostras a serem entregues deve ser de, no mínimo, 01 (um) mês.

6.10 - A Unidade terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega do produto, para elaboração do parecer técnico. Este prazo contempla os processos de análise e, se necessária, reanálise do material.

6.11 - A avaliação da amostra será realizada pela equipe técnica do HEMORIO sob orientação e supervisão do Diretor Técnico e/ou Diretor Geral da Unidade.

6.12 - **Critérios de julgamento das amostras:** Os critérios para avaliação e julgamento dos produtos serão: a) se o produto está de acordo com o objeto; b) validade visível; c)

volume adequado, resistência à centrifugação, vedamento da rolha.

6.13 - **Justificativa da necessidade de avaliação de amostras:** Em virtude das especificidades dos produtos, torna-se necessária a avaliação, pois a baixa qualidade do material pode interferir nos resultados de exames, além de expor o profissional ao risco de acidentes. Estes materiais serão utilizados para realização de exames laboratoriais e o resultado inadequado pode gerar grave prejuízo ao usuário.

## VII - QUANTO AS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Os insumos objeto deste termo serão recebidos, desde que:

- a) A quantidade esteja de acordo com a solicitada na Nota de Empenho;
- b) Os produtos deverão possuir validade mínima de 85% do seu período total de validade, conforme Resolução SES nº 1342/2016. Caso a validade seja inferior ao que está aqui estabelecido, a empresa deverá se comprometer formalmente, por meio de carta, a efetuar a troca dos insumos que venham ter a sua validade expirada, sem qualquer ônus para a Administração;
- c) A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o correto armazenamento;
- d) A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência;
- e) A validade e lote visíveis na embalagem dos materiais.

## VIII – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

8.1. A solicitação dos empenhos será parcelada de acordo com a demanda das Unidades globadas neste TR e do Órgão Participante;

8.2. A entrega será realizada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de retirada da nota de empenho;

8.3. **Endereço de Entrega para os itens da Fundação Saúde:**

**CGA Coordenação Geral de Armazenagem** : Rua Luiz Palmier, 762, Barreto, Niterói – RJ

**8.4. Endereço de Entrega para os itens do Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ):**  
Almoxarifado Central – Boulevard 28 de setembro, 77 – Vila Isabel, Rio de Janeiro – RJ. CEP:  
20.551-030.

**8.5. Horário da Entrega:** De 2ª a 6ª feira, entre 08h e 16h.

## **IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Entregar o(s) produto(s) nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos;
- b) Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo(s);
- c) Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos itens do TR, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínima e máximas, empilhamento e umidade;
- d) Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante;
- e) Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua a validade exigida no **item VII** deste TR.
- f) Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.

## **X – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Notificar por escrito a CONTRATADA de quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providência para a sua regularização; e

10.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução da contratação.

## **XI - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

11.1. A Fundação de Saúde indicará uma comissão para fiscalização da Ata de Registro de Preços, conforme regramento definido no Decreto Estadual nº. 45.600/2016.

## **XII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Forma de pagamento: O pagamento será realizado de acordo com a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos, condicionados à apresentação das notas fiscais/faturas, as quais deverão ser devidamente atestadas por prepostos dos beneficiários deste Registro. A forma de pagamento é conforme cada solicitação, que poderá ser a vista ou parceladamente, dependendo da forma de cada contratação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019.

Elaborado por

---

MARCIA VILLA NOVA  
ID 3122536-5

Aprovado por

---

ALEX LIMA SOBREIRO  
Diretor Técnico Assistencial – Fundação Saúde  
CRM 52.55022-0 ID 3047105-2

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO SANITÁRIO

1. A respeito da exigência de Licença de Funcionamento Sanitário, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certame se mostra imprescindível para resguardar a saúde dos pacientes que serão beneficiados com a contratação pretendida.
2. Inicialmente, cumpre registrar que a própria Lei nº 8.666/93, ao disciplinar a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes, apresenta os limites a serem observados pela Administração.
3. Desta forma, somente o que está previsto em lei é que pode ser exigido como documentação de qualificação técnica, tudo em apreço aos princípios da isonomia, igualdade e competitividade.
4. No entanto, importante registrar que a própria lei de licitações dispõe que poderá ser exigido como documento de qualificação técnica provas dos requisitos previstos em lei especial, senão vejamos:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

5. Neste passo, vale ressaltar que a Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.
6. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária.
7. Nesse sentido, o artigo 2º da Lei nº 6.360/76 dispõe que somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.
8. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, para o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.
9. A licença de funcionamento sanitário tem por base a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a RDC n.º 153/2017, conjugada com a Instrução Normativa nº 16/2017 ANVISA.
10. A RDC n.º 153/2017 definiu o grau de risco sanitário das atividades sujeitas à vigilância sanitária, enquanto a IN nº 16/2016 da ANVISA traz a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário.
11. Dessa forma, solicitar a apresentação da Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário no momento da qualificação técnica possui respaldo legal, uma vez que essas atividades não podem ser realizadas sem o devido licenciamento na autarquia competente.
12. Além disso, a necessidade de tal exigência constar como qualificação técnica no edital, se dá pelo fato de que a segurança e o bem estar dos pacientes também fazem parte da infinita gama de responsabilidade dos fornecedores do mercado.

13. Assim, visando chamar a atenção destes fornecedores para a responsabilidade que lhes é atribuída, são necessárias algumas providências para adequar o estabelecimento às normas de zoneamento urbano, segurança e vigilância.

14. Isto porque, parte dessa segurança e bem-estar está relacionada às condições físicas do estabelecimento, como exemplo a citar, tem-se a emissão do alvará sanitário para a execução de determinadas atividades pelas empresas, em especial as que atuam nos ramos de alimentação e saúde pela vigilância Sanitária local.

15. Desse modo, ter o estabelecimento devidamente vistoriado e aprovado pela Vigilância Sanitária é o aval que o empresário precisa para dar início em suas atividades, demonstrando assim possuir padrões mínimos de organização, higiene e cuidados no manuseio de suas mercadorias/produtos.

16. Portanto, caso a exigência em comento seja excluída do edital ou eventualmente transportada para o tópico de obrigações da contratada, a saúde dos pacientes que se encontram em tratamento nas unidades sob gestão da Fundação Saúde poderá ser diretamente afetada pela não garantia da qualidade / fidedignidade do exame que será realizado.

17. Com efeito, a avaliação técnica na fase prévia à assinatura da ata, em que se verifica se o licitante reúne condições para executar o contrato, é imprescindível para que tal requisito não seja examinado somente ao final, o que poderá acarretar enormes transtornos assistenciais, administrativos e econômicos.

18. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência de Licença de Funcionamento Sanitário como qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que empresas que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.

19. Insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a previsão de Licença de Funcionamento Sanitário como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

#### **JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA**



20. A respeito da exigência de Registro na ANVISA, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certame se mostra imprescindível para resguardar a saúde dos pacientes que serão beneficiados com a contratação pretendida.

21. Vale mencionar que o registro é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, que objetiva garantir a sua segurança e eficácia para o uso que se propõe, e sua concessão é dada pela ANVISA, o que é respaldado pelo texto constitucional, pois compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) “*controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde*” e “*executar ações de vigilância sanitária*” (art. 200, I e II da CF).

22. Trata-se de controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde pública, como no caso dos itens constantes do objeto de contratação, uma vez que são materiais médico-hospitalares.

23. O artigo 8º *caput* e parágrafo 1º, inciso VI da Lei 9.782 de 1999, que cria a ANVISA, corroboram esse entendimento ao estabelecer que:

*“Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.*

*§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:*

(...)

*VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem” (grifo nosso).*

24. Para que os produtos sujeitos à vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. Tais critérios visam minimizar eventuais riscos associados ao produto.

25. A Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.

26. Cabe à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à ANVISA, tendo como diretriz a Lei nº. 5.991/1973, a qual prescreve que correlato é *“a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários”*.

27. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária. Assim, qualquer produto considerado como correlato pela legislação apontada, precisa de registro para ser fabricado e comercializado.

28. Nesse sentido, a teor do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.360/76, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

29. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

30. Ademais, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.360/76, nenhum dos produtos de que trata esta lei, inclusive os importados, podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados no Ministério da Saúde, salvo exceções previstas nos artigos 24 e 25, § 1º da mesma lei.

31. No caso específico dos insumos classificados como “correlatos”, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.991/73 acima mencionada, o artigo 25 da Lei 6.360/76 preleciona que:

*“Art. 25. Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao consumo e exposição à venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro.*

*§ 1º - Estarão dispensados do registro os aparelhos, instrumentos ou acessórios de que trata este artigo, que figurem em relações para tal fim elaboradas pelo Ministério da Saúde, ficando, porém, sujeitos, para os demais efeitos desta Lei e de seu Regulamento, a regime de vigilância sanitária”.*

32. O regulamento a que alude o § 1º do dispositivo acima mencionado é a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, **RDC n.º 185/2001**, que teve por objetivo “*atualizar os procedimentos para registro de produtos ‘correlatos’ de que trata a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976*”.

33. De acordo com o artigo 3º deste regramento alguns fabricantes ou importadores de produtos podem ser dispensados de registro, desde que constem nos itens 2, 3 e 12 da parte 3 do Anexo da RDC n.º 185, de 06/11/2001 ou em relações elaboradas pela ANVISA.

34. Os materiais solicitados não constam expressamente em nenhum dos regramentos acima mencionados, que excluem a necessidade de registro na ANVISA, pelo que se entende possível a exigência do registro na referida Autarquia com base nos dispositivos anteriormente mencionados.

35. Cabe ressaltar que, na esfera penal, o artigo 273, parágrafo 1º-B, inciso I, do Código Penal considera crime hediondo importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribuir ou entregar a consumo o produto sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente. Fato que não pode ser desprezado pelo administrador público responsável pelo fornecimento do medicamento em questão, razão pela qual não há falar

que o seu não fornecimento caracteriza ato ilegal ou de abuso de poder (STJ, j. 02.02.2012, RMS 35434/PR, 1ªT, Relator Ministro Benedito Gonçalves).

36. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência registro válido na ANVISA na qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que licitantes que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.

37. Ademais, insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a exigência de registro válido na ANVISA como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.